

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

# PROPOSTA ORÇAMENTAL

NOTA EXPLICATIVA

2012



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Índice

Sumário Executivo .....	3
1. Nota introdutória .....	4
2. Defesa Nacional.....	4
2.1. Objetivos .....	5
3. Políticas .....	7
3.1. Cooperação Técnico-Militar .....	7
3.2. Apoio aos Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas.....	9
3.3. Investimentos.....	11
3.3.1. Lei de Programação Militar .....	11
3.3.1.1. Serviços Centrais de Suporte.....	12
3.3.1.2. EMGFA.....	12
3.3.1.3. Marinha .....	13
3.3.1.4. Exército.....	13
3.3.1.5. Força Aérea .....	13
3.3.2. Lei de Programação de Infraestruturas Militares.....	14
3.3.3. Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.....	15
3.4. Forças Nacionais Destacadas.....	18
4. Orçamento Global da Defesa Nacional para 2012 .....	20
4.1. Análise Geral.....	22
4.2. Despesas de Funcionamento - Análise Sectorial .....	28
4.2.1. Gabinetes dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte.....	28
4.2.1.1. Gabinetes dos Membros do Governo .....	30
4.2.1.2. Serviços Centrais de Suporte.....	30
4.2.1.2.1. Despesas com o Pessoal .....	31
4.2.1.2.2. Manutenção e Funcionamento .....	31
4.2.1.2.3. Transferências .....	32
4.2.2. Estado-Maior General das Forças Armadas .....	34
4.2.2.1. Despesas com o Pessoal .....	36
4.2.2.2. Material e Equipamento.....	36
4.2.2.3. Manutenção e Funcionamento .....	36
4.2.3. Marinha .....	39
4.2.3.1. Despesas com o Pessoal .....	41
4.2.3.2. Material e Equipamento.....	41
4.2.3.3. Manutenção e Funcionamento .....	41
4.2.4. Exército.....	44
4.2.4.1. Despesas com o Pessoal .....	46
4.2.4.2. Material e Equipamento.....	46
4.2.4.3. Manutenção e Funcionamento .....	46
4.2.4.4. Transferências .....	47
4.2.5. Força Aérea .....	49
4.2.5.1. Despesas com o Pessoal .....	51
4.2.5.2. Operação e Manutenção.....	51



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Sumário Executivo

- Ao Ministério da Defesa Nacional foi atribuído um *plafond* inicial para planeamento de despesas financiadas por receitas gerais, no montante de 1.947,0 M€.
- Finalizado o processo de planeamento e tendo em conta todas as fontes de financiamento, a dotação global atribuída à Defesa Nacional para 2012 é de 2.214,6 M€, dos quais 2.052,5 M€ são destinados aos Serviços Integrados e 168,8 M€ aos Serviços e Fundos Autónomos<sup>1</sup>, prevendo-se ainda que as transferências entre subsectores atinjam os 6,8 M€.
- Em termos de classificação funcional das despesas do Estado, a Defesa Nacional representará em 2012, 1,10% do Produto Interno Bruto (PIB) e 4,39% da despesa efetiva.
- Nos dois quadros seguintes apresenta-se a distribuição da dotação global atribuída aos serviços integrados, respetivamente, por tipo de despesa e por serviços.

**Quadro 1 - Dotação dos Serviços Integrados, por tipo despesa**

Un.: euros		
Grupo de Despesas	Valor	Peso (em %)
Pessoal	1.128.540.001	54,98%
Investimento	257.848.847	12,56%
Funcionamento	356.823.250	17,38%
Transferências	17.305.140	0,84%
DCCR	240.010.910	11,69%
FND	52.000.000	2,53%
<b>Total</b>	<b>2.052.528.148</b>	<b>100,00%</b>

**Notas:**

**DCCR** - Despesas com Compensação em Receita

**FND** - Forças Nacionais Destacadas.

**Quadro 2 - Dotação dos Serviços Integrados, por Serviços**

Un.: euros						
Departamento	Pessoal	Investimento	Func. <sup>(1)</sup>	DCCR	Valor	Peso (em %)
MDN/SCS	62.886.671	117.567.835	213.083.703	83.686.324	477.224.533	23,25%
EMGFA	24.710.932	5.477.594	8.350.403	625.000	39.163.929	1,91%
Marinha	328.076.902	53.860.000	84.287.702	47.405.698	513.630.302	25,02%
Exército	500.977.896	35.617.720	73.577.280	60.600.000	670.772.896	32,68%
Força Aérea	211.887.600	45.325.698	46.829.302	47.693.888	351.736.488	17,14%
<b>Total</b>	<b>1.128.540.001</b>	<b>257.848.847</b>	<b>426.128.390</b>	<b>240.010.910</b>	<b>2.052.528.148</b>	<b>100,00%</b>

<sup>(1)</sup> - Inclui as verbas relativas às Transferências e FND.

<sup>1</sup>No ODN para 2012 foi considerado a Arsenal do Alfeite, SA, como Entidade Pública Reclassificada [EPR], que, para o efeito, foi equiparado a Serviço e Fundo Autónomo [SFA], em consequência da aplicação do n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental [LEO] – Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, na sua redação atual.



## 1. Nota introdutória

O presente documento pretende complementar a informação inserida no Orçamento do Estado para 2012, na parte respeitante ao Ministério da Defesa Nacional (MDN).

A metodologia utilizada neste documento consiste em proceder a análises comparativas entre o Orçamento da Defesa Nacional (ODN<sup>2</sup>) proposto para 2012 com os montantes aprovados para o ano de 2011 (Orçamento Inicial) e perspectiva de execução para 2011, relevando-se os aspetos mais significativos.

## 2. Defesa Nacional

Ao longo dos últimos anos o contexto da situação internacional tem vindo a ser objeto de sucessivas alterações, por vezes até de carácter contraditório, mas cujas consequências no quadro da defesa e segurança das nações, colocam os diferentes atores dessa senda global perante novos e complexos desafios e a consequente necessidade de novas respostas para esses desafios.

A relevância internacional de um Estado tornou-se assim, cada vez mais, dependente da sua capacidade e, sobretudo, da sua disponibilidade, para dar um contributo ativo para a manutenção da paz e da segurança internacionais e, em particular, para a eficácia da ação a nível multilateral.

Verifica-se, por isso, que os objetivos de segurança de um País como o nosso situam-se hoje nas mais diversas regiões do planeta e impõem, por isso mesmo, uma nova caracterização dos interesses nacionais que temos de defender e dos cenários de intervenção onde esses interesses possam ser postos em causa.

Se a todos esses fatores juntarmos a ideia central de que a primeira preocupação de um Estado deve ser a preservação da independência nacional e a garantia da sua autonomia face a terceiros, facilmente compreenderemos a complexidade e diversidade dos assuntos com que a Defesa Nacional se confronta.

E não é menos certo que a Defesa Nacional não pode esgotar-se nesse plano, até porque, constitucionalmente, ela configura-se não apenas como um direito mas, também, como um dever fundamental de todos os cidadãos. A Defesa Nacional, as suas estruturas e meios, estão assim, ao serviço último da cidadania.

---

<sup>2</sup>O ODN integra os seguintes Capítulos: Capítulo 01 – Gabinete dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte; Capítulo 02 – Estado-Maior-General das Forças Armadas; Capítulo 03 – Marinha; Capítulo 04 – Exército; Capítulo 05 – Força Aérea.



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### 2.1. Objetivos

A Defesa Nacional deve assentar nos seguintes pilares essenciais:

- Estar ao serviço da garantia de valores e princípios essenciais;
- Basear-se na existência de um amplo consenso, não apenas político-partidário mas verdadeiramente nacional;
- Contribuir de forma significativa para os objetivos da política externa.

Em ordem a alcançar aqueles desideratos, e com vista a obter-se para o MDN uma organização mais eficiente, definiram-se os seguintes vetores genéricos:

- Eliminar a duplicação de competências e redundância de funções;
- Descentralizar competências e desconcentrar meios;
- Centralizar competências em matéria orçamental, de aquisições e de tecnologias de informação e comunicações;
- Potenciar a concertação da ação externa do MDN.

A concretização daqueles objetivos genéricos traduziu-se, na elaboração do ODN 2012, através da consideração das seguintes metas:

#### **a) No âmbito da consolidação orçamental**

- Integração de todos os capítulos no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIG/DN), significando isso a sua adesão plena à Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE), enquanto condição para a elaboração de uma conta consolidada da defesa.
- Adoção de uma metodologia comum de gestão de recursos humanos, assente no SIG/DN, acrescido dessa capacidade até agora não disponível.

#### **b) No âmbito organizacional**

- Reorganizar e racionalizar o Ministério da Defesa Nacional e a Estrutura Superior das Forças Armadas, apostando na coordenação e na exploração das sinergias que entre ambos existem;
- Prosseguir os processos de reforma do ensino e da saúde militar.

#### **c) No âmbito dos recursos**

- Racionalizar os recursos humanos das Forças Armadas, privilegiando sempre a componente operacional;
- Racionalizar a despesa militar, nomeadamente através da melhor articulação entre os seus Ramos e uma maior eficiência na utilização de recursos, tomando como referência o que está disposto a este respeito no Memorando de Entendimento, nomeadamente, promoção da utilização de



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

serviços partilhados, redução da estrutura e diminuição do número de dirigentes;

- Concluir o processo de revisão da Lei de Programação Militar (LPM), adaptando-a aos constrangimentos da atual situação económica e financeira, mas mantendo um nível adequado de capacidade de resposta das Forças Armadas;
- Dinamizar a aplicação da Lei de Programação das Infraestruturas Militares (LPIM), rentabilizando o património imobiliário afeto à Defesa Nacional;
- Reestruturar as indústrias de defesa, assegurando a sua sustentabilidade e o estabelecimento de parcerias estratégicas de negócio;
- Agilizar os procedimentos relativos ao apoio aos antigos combatentes e deficientes das Forças Armadas, através da introdução do conceito de «balcão único», de modo a:
  - Garantir aos ex-combatentes a manutenção do apoio por parte das estruturas de saúde militar;
  - Incrementar a regularização dos processos pendentes de ex-combatentes;
  - Apoiar o associativismo dos ex-combatentes e garantindo o seu direito à auscultação nas matérias que lhes digam respeito.

### **d) No âmbito da ação interna**

- Privilegiar as ações que apelem a uma integração das áreas de segurança e defesa.

### **e) No âmbito da ação externa**

- Reforçar o relacionamento com a NATO e com as estruturas europeias com responsabilidade de implementação da Política Europeia de Segurança e Defesa;
- Aprofundar a participação ativa do nosso País em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz, quer no quadro nacional quer no contexto das organizações internacionais de que somos parte;
- Valorizar os projetos de Cooperação Técnico-Militar.



## 3. Políticas

### 3.1. Cooperação Técnico-Militar

Para 2012, os objetivos de Política Externa e da Cooperação Portuguesa, mas também na Orientação Estratégica para a Cooperação Militar e no Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), são focados essencialmente no sentido de garantir a prossecução das atividades que decorrem da:

- Execução dos Programas-Quadro em vigor, e sustentação dos respetivos projetos, desenvolvendo e aprofundando a Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países de Língua Portuguesa (PLP);
- Resposta a novas solicitações de apoio na área da CTM, sobretudo envolvendo a componente naval das Forças Armadas dos PLP;
- Ações de Formação e Instrução dos militares dos PLP, seja em Portugal, no âmbito do Programa Anual, seja nos respetivos países de origem;
- Continuação da prestação de apoios no domínio da assistência hospitalar e da formação em Portugal;
- Necessidade de recuperar residências e outras instalações onde se encontram alojadas assessorias portuguesas nalguns dos Países onde se desenvolvem ações de CTM, garantindo condições de habitabilidade aceitáveis, bem como o empenhamento de mais assessorias;
- Necessidade de renovar o parque de viaturas afetas à CTM nos diversos países.

No âmbito da vertente multilateral da CTM serão privilegiados:

- No quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), as reuniões semestrais do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, atendendo ao possível início do processo de implantação dos Centros de Excelência de Formação de Formadores na vertente das Operações de Paz;
- A responsabilidade pelo financiamento dos encargos decorrentes dos apoios que o MDN presta ao PLP que receberá o Exercício FELINO 2012;
- A continuidade do desenvolvimento da vertente multilateral da CTM através da participação nas reuniões da Equipa de Implementação da parceria “Paz e Segurança” no âmbito da Estratégia UE-África;
- A aplicação do PAMPA, com maior envolvimento em atividades de Organizações Internacionais e Regionais de Segurança e Defesa;
- A responsabilidade pelo financiamento dos encargos decorrentes da presença de um Representante do MDN no “Africa Center for Strategic Studies “ (Washington, EUA), até aqui a cargo do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA);



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- A responsabilidade pelo financiamento dos encargos decorrentes da reparação e oferta de uma aeronave à Força Aérea de Moçambique;
- O início de atividades de CTM trilateral com o Brasil;
- O início de atividade de CTM trilateral com os EUA;
- A atividade dos Grupos de Trabalho que irão desenvolver as Parcerias Estratégicas na área da Economia de Defesa com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste.





### **3.2. Apoio aos Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas**

As políticas de apoio aos antigos combatentes e aos Deficientes das Forças Armadas têm como objetivo primordial a garantia de valores e princípios essenciais para com aqueles que, no âmbito militar, serviram o País e que, por essa razão, devem ser reconhecidos, dignificados e apoiados.

Importa, assim, agilizar os procedimentos relativos ao apoio aos antigos combatentes e deficientes das Forças Armadas, através da introdução do conceito de “balcão único”, com vista a:

- Garantir aos antigos combatentes a manutenção do apoio por parte das estruturas de saúde militar, nomeadamente na área da saúde mental;
- Incrementar a regularização dos processos pendentes de ex-combatentes;
- Apoiar o associativismo dos antigos combatentes e garantir o seu direito à auscultação nas matérias que lhes digam respeito.

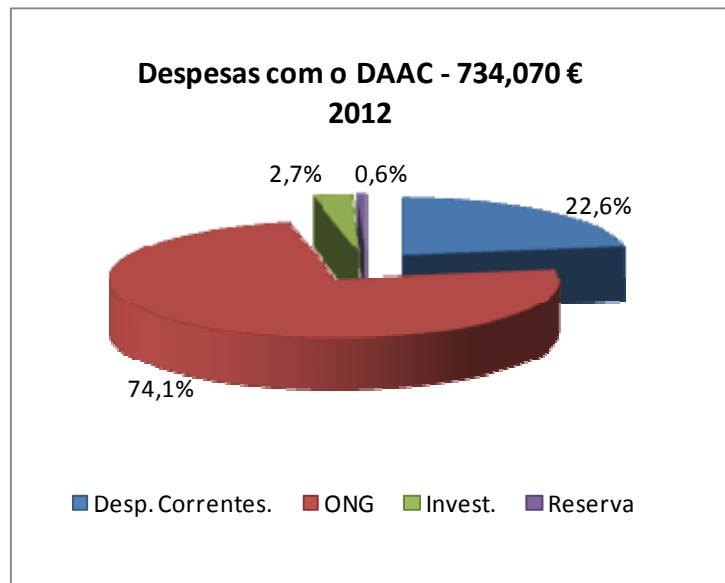
Para cumprimento destes desígnios será desenvolvido em 2012, através da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar/Direcção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes (DSAAC), um conjunto de ações, de entre as quais se destacam:

- Estreitamento da colaboração com entidades e organismos externos para identificar focos de conflito e de atraso, decorrentes de uma deficiente ligação e colaboração institucionais, implementando métodos de correção e avaliação conjuntos;
- Agilização dos procedimentos necessários para acesso à Rede Nacional de Apoio, garantindo um adequado tratamento aos que dele precisam;
- Desenvolvimento de estudos tendo em vista a criação de uma rede de cuidados continuados integrados, no âmbito dos equipamentos de saúde e apoio social da Defesa Nacional e de acordo com as especificidades do cidadão militar e ex-militar;
- Processamento e digitalização dos requerimentos entregues, por antigos combatentes emigrantes, advogados, bancários e solicitadores, procedendo ao posterior envio dos dados informáticos da Base de Dados dos Antigos Combatentes para os regimes de Segurança Social.

Relativamente ao orçamento afeto ao apoio aos antigos combatentes, o gráfico seguinte sintetiza os valores propostos para o próximo ano económico por agrupamentos.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



As ONG referidas no gráfico supra, são:

- Associação de Combatentes do Ultramar Português – ACUP;
- Associação Nacional de Combatentes do Ultramar – ANCU;
- Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA;
- Associação de Ex-Combatentes Vitimas de Stress de Guerra – APOIAR;
- Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra – APVG,



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### 3.3. Investimentos

#### 3.3.1. Lei de Programação Militar

Para o ano de 2012 estão previstos 230,7 M€ para o reequipamento e modernização das Forças Armadas, montante que reflete uma redução de 59,59% da dotação inscrita na Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto (Lei da Programação Militar (LPM)).

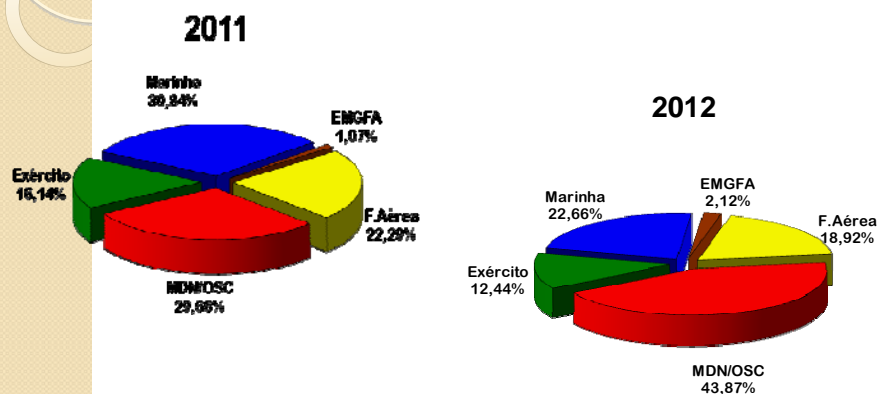
Em síntese, as dotações afetas à LPM para 2012 são as seguintes:

Quadro 3 – Dotações afetas à LPM, por Departamentos

(Em euros)

Departamentos	Anos		Variação		Peso relativo	
	2011	2012	Quant.	%	2011	2012
- MDN/OSC	82.916.356	101.217.000	18.300.644	22,07%	29,66%	43,87%
- EMGFA	2.998.994	4.890.000	1.891.006	63,05%	1,07%	2,12%
- MARINHA	86.203.755	52.278.000	-33.925.755	-39,36%	30,84%	22,66%
- EXÉRCITO	45.122.000	28.695.000	-16.427.000	-36,41%	16,14%	12,44%
- FORÇA AÉREA	62.322.867	43.655.000	-18.667.867	-29,95%	22,29%	18,92%
TOTAL	279.563.972	230.735.000	-48.828.972	-17,47%	100,00%	100,00%

Meios Financeiros disponibilizados à Defesa Nacional  
Lei de Programação Militar [LPM] – 230,735 M€



- Em 2011 foram disponibilizados [ 279,6 M € ]



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### 3.3.1.1. Serviços Centrais de Suporte

O montante global das verbas inscritas no Capítulo 01 para 2012, no âmbito da LPM, ascende a 101,2 M€, os quais se distribuem pelas seguintes medidas:

- i) *Modernização da Base Industrial e Tecnológica da Defesa*, com a qual se pretende:
  - ↳ Apoiar o desenvolvimento das tecnologias e dos sistemas com aplicação em Defesa, viabilizando a participação e o financiamento em projetos nacionais e internacionais de I&D;
  - ↳ Criar condições para a participação das indústrias de defesa em parcerias e projetos cooperativos internacionais com interesse para a Defesa Nacional e que contribuam para o seu desenvolvimento e sustentabilidade;
  - ↳ Contribuir para a modernização e atualização tecnológica das indústrias de defesa, fortalecendo a capacidade de acompanhamento e participação no desenvolvimento, produção e manutenção dos sistemas e equipamentos;
- ii) *Capacidade Conjuntas*, que concentra a execução de vários projetos no âmbito da edificação de capacidades relevantes para a operacionalidade e intervenção conjunta das várias componentes do Sistema de Forças Nacional;
- iii) *Sistemas de Informação e Gestão*, a qual visa fundamentalmente o desenvolvimento e operacionalização de um Sistema Integrado de Gestão, que permita a gestão global e integrada dos recursos afetos à Defesa.

A consideração desta medida em 2012, apesar de não prevista a sua continuidade na Lei Orgânica n.º 4/2006, visa não comprometer a construção de capacidades, já que o quadro financeiro daquela lei se encontra desajustado em virtude de não ter sido revisto em 2009, como previsto.

### 3.3.1.2. EMGFA

A dotação atribuída ao EMGFA para 2012 é de 4,9 M€, estando inscrita na medida Comando e Controlo, com a qual se visa dotar as Forças Armadas com as facilidades de comunicações e sistemas de informação interoperáveis e com capacidade de interação em rede.

Esta dotação, apesar de não prevista a sua continuidade na Lei Orgânica n.º 4/2006, visa não comprometer a construção de capacidades, já que o quadro financeiro daquela lei se encontra desajustado em virtude de não ter sido revisto em 2009, como previsto.



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### **3.3.1.3. Marinha**

Em 2012, as verbas atribuídas à Marinha ascendem a 52,3 M€ onde se destacam as seguintes medidas:

- i) *Capacidade de Comando e Controle*, com a qual se visa dotar as Forças Armadas com as facilidades de comunicações e sistemas de informação interoperáveis e com capacidade de interação em rede.
- ii) *Capacidade submarina*, para suportar encargos associados ao fornecimento logístico, armamento, formação e treino relacionados com os novos submarinos;
- iii) *Capacidade Oceânica*, na qual se contemplam as verbas destinadas ao pagamento das fragatas recentemente adquiridas;
- iv) *Capacidade de Projeção de Forças*, que suporta os encargos previstos para o reequipamento dos Fuzileiros nas suas componentes de desembarque, operações especiais e *intelligence*;

### **3.3.1.4. Exército**

O Exército disporá no ano de 2012 de cerca de 28,7 M€ no âmbito da LPM, estando esta dotação afeta, em parte significativa, às medidas Capacidade de Intervenção, Capacidade de Apoio Geral e Capacidade de Comando e Controle.

Na medida *Capacidade Mecanizada* estão contempladas verbas relacionadas com a atualização e extensão da vida útil das viaturas blindadas de transporte de pessoal M113.

### **3.3.1.5. Força Aérea**

Por seu lado, a Força Aérea terá uma dotação de 43,7 M€ em 2012, com destaque para as medidas *Capacidade de Comando e Controle* e Capacidade de Operações Aéreas ASW/ASUW, nomeadamente tendo em vista os encargos com a modernização das aeronaves P-3 C.



### 3.3.2. Lei de Programação de Infraestruturas Militares

A Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM) tem como principal objetivo fornecer os meios financeiros necessários à modernização e qualificação das infraestruturas militares, através de operações de rentabilização do património atualmente afeto à Defesa Nacional.

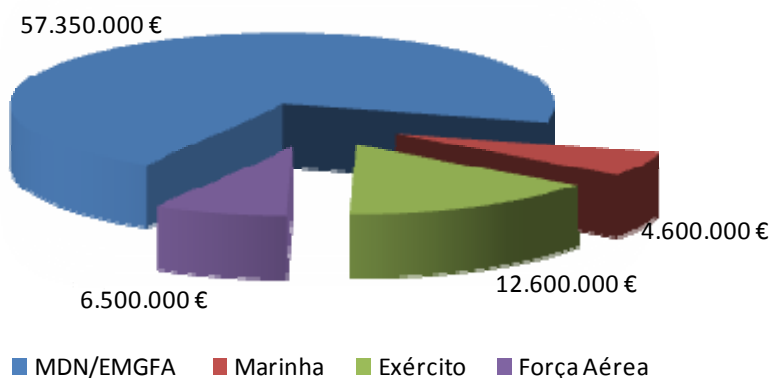
Será assim possível libertar infraestruturas não afetadas, numa lógica de «menos, mas melhores» infraestruturas militares. Por outro lado, com esta iniciativa prevê-se, também, o cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado relativas ao designado Fundo dos Antigos Combatentes e ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

A execução desta lei é plurianual, abrangendo um período de 12 anos, sendo o investimento a realizar – que se prevê na ordem dos 834 M€ – suportado por receitas geradas pelas operações de rentabilização do património afeto à Defesa Nacional.

Por fim, e deste modo, é dado cumprimento ao Programa do Governo, procedendo-se à requalificação das infraestruturas, de modo a assegurar o cumprimento das missões das Forças Armadas.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos montantes previstos para o ano de 2012, por Departamentos.

**Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares -  
2012**





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### 3.3.3. Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

O Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) contido na proposta de Orçamento de Estado para 2012 apresenta um valor, em termos globais, relativamente reduzido face aos outros agrupamentos de despesa, 16,7 M€.

Não obstante, destacam-se os programas sob responsabilidade direta do MDN/SCS como os projetos Construção de Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), Construção de Navios de Combate à Poluição (NCP) e Construção de Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC), todos a serem executados pelos estaleiros Navais de Viana do Castelo, e aos quais está atribuído um valor global de 9,3 M€.

Para além destes, aposta-se na continuidade de alguns projetos de importância significativa, tais como o Sistema Militar de Apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil, a cooperação com as Autarquias Locais, e a modernização do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea.

No quadro seguinte compara-se, por Capítulos, os montantes globais atribuídos, bem como o seu peso relativo:

Quadro 4 – Dotações afetas ao PIDDAC, por Capítulos

[Em euros]

Departamentos	Anos		Variação		Peso relativo	
	2011	2012	Quant.	%	2011	2012
- MDN/OSC	11.332.000	12.237.500	905.500	7,99%	65,13%	73,11%
- EMGFA	68.000	0	-68.000	-100,00%	0,39%	0,00%
- MARINHA	2.000.000	1.500.000	-500.000	-25,00%	11,49%	8,96%
- EXÉRCITO	2.000.000	1.500.000	-500.000	-25,00%	11,49%	8,96%
- FORÇA AÉREA	2.000.000	1.500.000	-500.000	-25,00%	11,49%	8,96%
TOTAL	17.400.000	16.737.500	-662.500	-3,81%	100,00%	100,00%



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

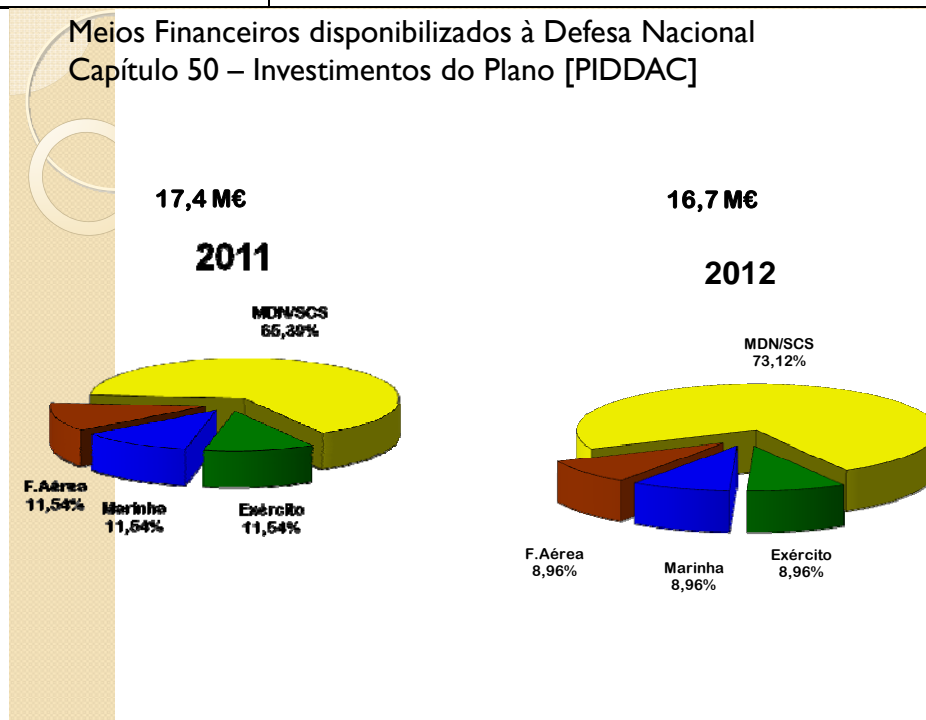
Nos quadros e gráfico seguintes apresentam-se os quantitativos afetos ao MDN, repartidos por Medidas e por Departamentos e Projetos, numa perspetiva plurianual.

Quadro 5 – Distribuição por Medidas

Un.: Euros

Medidas	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA						TOTAL
	Até 31/12/2010	2011 (Exec. Prevista)	2012	2013	2014	ANOS SEGUINTE	
004 - Serviços Gerais da AP - Investigação científica de caracter geral	2.684.676	195.000	100.000	500.000	1.383.540	1.408.000	6.271.216
006 - Defesa - Investigação	9.450.271		185.000				9.635.271
007 - Defesa - Forças Armadas	149.166.602	3.919.573	13.352.500	103.268.212	87.966.918	136.725.992	494.399.797
014 - Seg. e Ordem Pública - Protec. Civil e luta contra incêndios	10.798.639	1.305.000	1.400.000	9.864.500	14.616.000	8.666.500	46.650.639
017 - Educação - Estabelecimentos de ensino não superior	995.830	1.519.418	1.600.000	3.200.000	3.500.000	5.850.000	16.665.248
018 - Educação - Estabelecimentos de ensino superior	2.589.137	80.006	100.000				2.769.143
<b>Total ...</b>	<b>175.685.155</b>	<b>7.018.997</b>	<b>16.737.500</b>	<b>116.832.712</b>	<b>107.466.458</b>	<b>152.650.492</b>	<b>576.391.314</b>

Meios Financeiros disponibilizados à Defesa Nacional  
Capítulo 50 – Investimentos do Plano [PIDDAC]







MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Quadro 6 – Distribuição do quantitativo por Departamentos e por Projetos

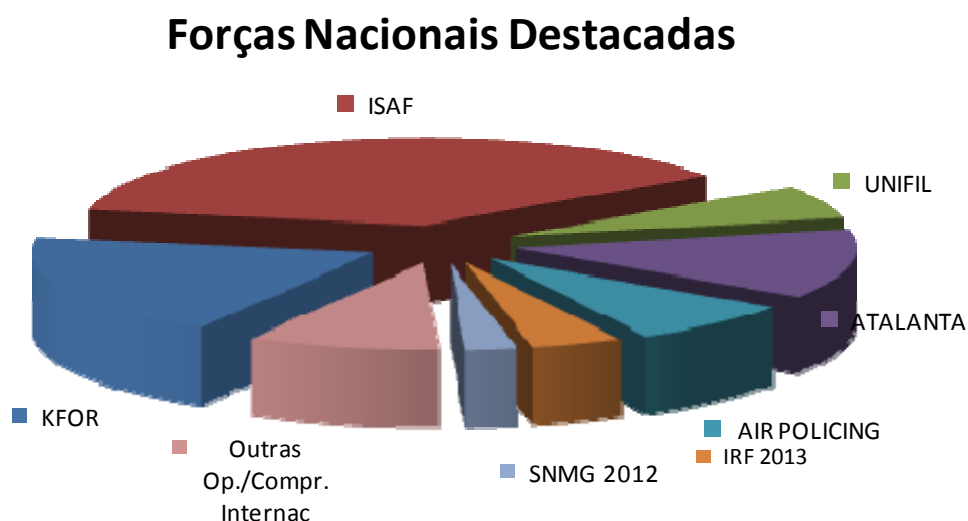
PROJECTOS	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA						Un.: euros
	Até 31/12/2010	2011 (Exec. Prevista)	2012	2013	2014	ANOS SEGUINTE	TOTAL
<b>Serviços Centrais de Suporte</b>							
06710 - Infra-Estruturas em Terra do GMDSS/PO	2.800.000		2.100.000	5.775.000	22.000.726		32.675.726
08076 - Infra-Estruturas do site TX dos Açores do GMDSS-IE/PO			825.000				825.000
01620 - Construção de Navios de Patrulhas Oceânicos	102.855.188	1.341.000	1.341.000	9.146.207			114.683.395
04448 - Construção de Navios de Combate à Poluição	21.769.192		4.350.000	46.393.175			72.512.367
05742 - Construção de Lanchas de Fiscalização Costeira	9.757.500	1.177.997	3.621.500	41.953.830	65.966.192	136.725.992	259.203.011
Soma Serviços Centrais de Suporte (SCS) . . .	137.181.880	2.518.997	12.237.500	103.268.212	87.966.918	136.725.992	479.899.499
<b>Marinha</b>							
00472 - Equipamentos da Escola Naval	2.589.137	80.006	100.000				2.769.143
04368 - Modernização do Sistema Integrado de Transportes da Marinha	1.120.907	79.704	135.000				1.335.611
04366 - Equipamento do Grupo N.º 2 de Escolas da Armada	995.830	19.418	100.000				1.115.248
04372 - Construção de Capitânicas e Postos Marítimos	6.495.815	654.372	490.000				7.640.187
04472 - Aquisição de Salva-Vidas para o ISN	4.368.000	666.500	490.000				5.524.500
02864 - Estudo da Dinâmica Oceânica e Sedimentologia da Zona Marítima	2.476.851		39.100				2.515.951
02865 - Estudo da Dinâmica Costeira das Costas de Portugal	5.543.890		41.500				5.585.390
02866 - Estudo das Tecnologias das Ajudas e Segurança da Navegação	547.076		69.400				616.476
02867 - Estudo das Zonas Oceânicas de Interesse para Portugal	882.454		35.000				917.454
Soma Marinha . . .	25.019.960	1.500.000	1.500.000	0	0	0	28.019.960
<b>Exército</b>							
04850 - Capacidade de Reconhecimento Biológico e Químico por Sistema de Apoio ao SNBPC	1.405.264	80.000	555.000	5.644.500	7.716.000	5.356.500	20.757.264
04874 - Enquadramento da Cartografia Militar na Escala 1:25 000 no Sistema de Referência WGS84 (CARTMIL)	1.814.092	25.000	75.000	400.000	1.161.937	1.408.000	4.884.029
04870 - Sistema de Estações GPS de Referência Virtuais - "SERVIR"	870.584	170.000	25.000	100.000	221.603		1.387.187
01789 - Sistema Militar de Apoio ao SNBPC (actual ANPC) e Cooperação com as Autarquias Locais (EPE)	2.817.822	400.000	50.000	1.000.000	1.000.000	725.000	5.992.822
01787 - Sistema Militar para Apoio ao SNBPC (actual ANPC) e Cooperação com as Autarquias Locais (RE)	2.621.522	175.000	505.000	1.950.000	2.000.000	1.695.000	8.946.522
01788 - Sistema Militar de Apoio ao SNBPC (actual ANPC) e Cooperação com as Autarquias Locais (HCM)	3.954.031	650.000	290.000	1.270.000	3.900.000	890.000	10.954.031
Soma Exército . . .	13.483.315	1.500.000	1.500.000	10.364.500	15.999.540	10.074.500	52.921.855
<b>Força Aérea</b>							
07894 - Modernização do CFMTFA		1.500.000	1.500.000	3.200.000	3.500.000	5.850.000	15.550.000
Soma Força Aérea . . .	0	1.500.000	1.500.000	3.200.000	3.500.000	5.850.000	15.550.000
<b>Total Ministério da Defesa Nacional</b>	<b>175.685.155</b>	<b>7.018.997</b>	<b>16.737.500</b>	<b>116.832.712</b>	<b>107.466.458</b>	<b>152.650.492</b>	<b>576.391.314</b>



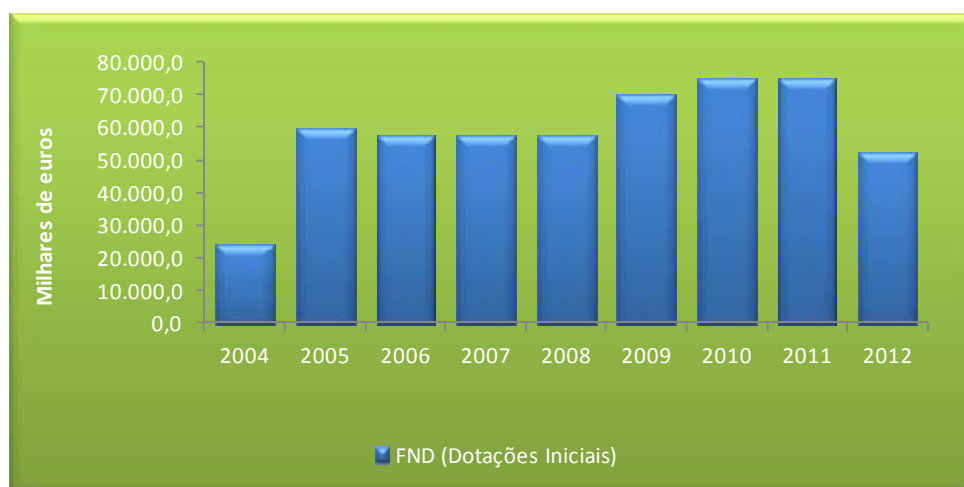
### 3.4. Forças Nacionais Destacadas

Portugal tem vindo a participar em missões de apoio e manutenção de paz, no quadro das alianças político-militares em que está inserido (NATO, ONU, UE), através da realização de Missões Humanitárias e de Paz em diversos teatros de operações, tendo sempre como referência o Direito Internacional e as deliberações das Nações Unidas

Para o ano de 2012, encontram-se previstos 52 M€, distribuídos da seguinte forma:



No gráfico seguinte apresenta-se a evolução dos montantes anualmente inscritos (valores iniciais) no âmbito das FND.





# TOTAL MINISTERIO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

## 4. Orçamento Global da Defesa Nacional para 2012

Ao Ministério da Defesa Nacional foi atribuído um *plafond* inicial para planeamento de despesas financiadas por receitas gerais, no montante de 1.947,0 M€.

Finalizado o processo de planeamento e tendo em conta todas as fontes de financiamento, a dotação global atribuída à Defesa Nacional para 2012 é de 2.214,6 M€, dos quais 2.052,5 M€ são destinados aos Serviços Integrados e 168,8 M€ aos Serviços e Fundos Autónomos, prevendo-se ainda que as transferências entre subsectores atinjam os 6,8 M€.

A comparação daquela dotação, com o valor inicial do orçamento para 2011, evidencia um aumento de 0,75 % no total dos recursos financeiros afetos à Defesa Nacional.

Este aumento reflete, essencialmente, a integração da Arsenal do Alfeite no âmbito do ODN, porquanto se compararmos apenas ao nível dos serviços integrados (despesa do Estado), verifica-se uma diminuição de 0,75 % (proposta de orçamento para 2012 comparada com orçamento inicial para 2011) e uma diminuição de 1,60% se a comparação for feita entre a proposta de orçamento para 2012 e a estimativa de execução para 2011, como se pode observar nos quadros seguintes.

Quadro 7 - Despesa total consolidada – MDN

Un.: milhões de euros

	2011		2012
	Inicial (1)	Estimativa (2)	Proposta (3)
<b>ESTADO</b>	2.068,1	2.085,0	2.052,5
1. Funcionamento	2.050,7	2.078,0	2.035,8
1.1. - Com cobertura em receitas gerais	1.812,2	1.973,0	1.795,8
Funcionamento em sentido estrito	1.298,2	1.433,0	1.366,7
Dotações específicas	514,0	540,0	429,1
Lei de Programação Militar (LPM)	279,6	297,4	230,7
Forças Nacionais Destacadas (FND)	75,0	75,0	52,0
Encargos com a Saúde (ADM)	58,5	58,5	41,0
Pensões de Reserva	100,9	109,1	105,4
1.2. - Com cobertura em receitas consignadas	238,5	105,0	240,0
2. Investimentos do Plano	17,4	7,0	16,7
2.1. - Financiamento nacional	17,4	7,0	16,7
2.2. - Financiamento comunitário			
<b>SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS <sup>(1) (2)</sup></b>	140,5	136,0	168,8
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	2.197,9	2.210,3	2.214,6
Consolidação entre subsectores	10,7	10,7	6,8

<sup>(1)</sup> - Não inclui montantes de Activos e Passivos financeiros.

<sup>(2)</sup> - Inclui o Arsenal do Alfeite como Entidade Pública Reclassificada.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Quadro 8 - Variações

	Variação	
	2012/Inicial 2011	2012/Estimativa Exec 2011
ESTADO	-0,8%	-1,6%
1. Funcionamento	-0,7%	-2,0%
1.1. - Com cobertura em receitas gerais	-0,9%	-9,0%
Funcionamento em sentido estrito	5,3%	-4,6%
Dotações específicas	-16,5%	-20,5%
Lei de Programação Militar (LPM)	-17,5%	-22,4%
Forças Nacionais Destacadas (FND)	-30,7%	-30,7%
Encargos com a Saúde (ADM)	-30,0%	-30,0%
Pensões de Reserva	4,4%	-3,4%
1.2. - Com cobertura em receitas consignadas	0,6%	128,7%
2. Investimentos do Plano	-3,8%	138,5%
2.1. - Financiamento nacional	-3,8%	138,5%
2.2. - Financiamento comunitário <sup>(1)</sup>		
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS <sup>(1) (2)</sup>	20,1%	24,1%
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	0,8%	0,2%

<sup>(1)</sup> - Não inclui montantes de Activos e Passivos financeiros.

<sup>(2)</sup> - Inclui o Arsenal do Alfeite como Entidade Pública Reclassificada.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

**4.1. Análise Geral**

Os quadros e gráficos seguintes, comparam a proposta de orçamento para 2012, com o orçamento inicial de 2011 e com a estimativa de execução para o corrente ano, tendo em consideração apenas os serviços integrados.

**Quadro 9 – Desagregação por grupos de despesa**

Un.: euros

Designação	2011		Proposta ODN 2012
	Inicial	Estimativa	
- <b>Pessoal</b>	1.091.380.578	1.341.087.134	1.128.540.001
* Remunerações Certas e Permanentes	697.193.642	840.890.007	699.101.031
* Abonos Variáveis ou Eventuais	82.168.063	96.870.824	94.238.644
* Segurança Social	312.018.873	403.326.303	335.200.326
- Material e equipamento	23.554.887	24.803.331	10.376.347
* Aquisição de bens de Capital	23.554.887	24.803.331	10.376.347
* Transferências de Capital	0	0	0
- Manutenção e funcionamento	316.230.853	290.888.907	356.823.250
* Aquisição de Bens	112.036.001	130.283.278	89.957.266
* Aquisição de serviços	155.895.771	137.230.372	100.325.441
* Outras despesas correntes	15.258.205	23.375.257	131.028.269
* Reserva orçamental	33.040.876	0	35.512.274
- Transferências	26.481.109	18.833.904	17.305.140
* Administração Central	10.622.500	8.435.358	6.624.438
* Administração Regional	0	0	0
* Administrações sem fins lucrativos	5.269.500	3.280.338	3.727.683
* Famílias	2.984.741	2.912.240	1.587.119
* Resto do mundo	7.604.368	4.205.968	5.365.900
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>1.457.647.427</b>	<b>1.675.613.276</b>	<b>1.513.044.738</b>
- Investimentos do Plano	17.400.000	7.018.997	16.737.500
* Financiamento Nacional	17.400.000	7.018.997	16.737.500
* Financiamento Comunitário	0	0	0
- Lei de Programação Militar	279.563.972	282.440.406	230.735.000
- Forças Nacionais Destacadas <sup>(a)</sup>	75.000.000	0	52.000.000
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>1.829.611.399</b>	<b>1.965.072.679</b>	<b>1.812.517.238</b>
<b>Despesas com compensação em receita</b>			
- Lei de Programação Militar	27.000.000	15.000.000	7.000.000
- LPIM	77.390.000	4.691.146	81.050.000
- Infra-Estruturas NATO	6.599.986	5.279.989	6.237.100
- NATO Manutenção	2.659.995	2.127.996	2.111.600
- NAEW Force	0	0	0
- FAC	2.500.000	0	2.500.000
- Outras	122.319.493	92.858.982	141.112.210
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>238.469.474</b>	<b>119.958.113</b>	<b>240.010.910</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.068.080.873</b>	<b>2.085.030.792</b>	<b>2.052.528.148</b>

(a) Não são apresentados valores para a coluna 1 e 3 em virtude dos mesmos se encontrarem diluídos pelos respectivos agrupamentos de despesa.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Quadro 10 – Variação por grupo de despesa

Designação	Comparação ODN 2012 com	
	Inicial de 2011	Estimativa para 2011
- Pessoal	3,40%	-15,85%
- Material e equipamento	-55,95%	-58,17%
- Manutenção e funcionamento	12,84%	22,67%
-Transferências	-34,65%	-8,12%
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>3,80%</b>	<b>-9,70%</b>
- Investimentos do Plano	-3,81%	138,46%
- Lei de Programação Militar	-17,47%	-18,31%
- Forças Nacionais Destacadas	-30,67%	
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>-0,93%</b>	<b>-7,76%</b>

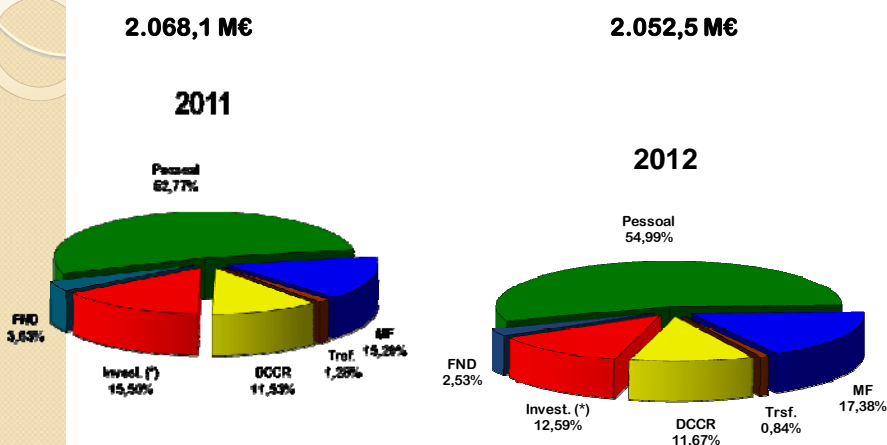
  

Despesas com compensação em receita		
- Lei de Programação Militar	-74,07%	-53,33%
- LPIM	4,73%	1627,72%
- Infra-Estruturas NATO	-5,50%	18,13%
- NATO Manutenção	-20,62%	-0,77%
- NAEW Force		
- FAC	0,00%	
- Outras	15,36%	51,96%
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>0,65%</b>	<b>100,08%</b>

<b>TOTAL</b>	<b>-0,75%</b>	<b>-1,56%</b>
--------------	---------------	---------------

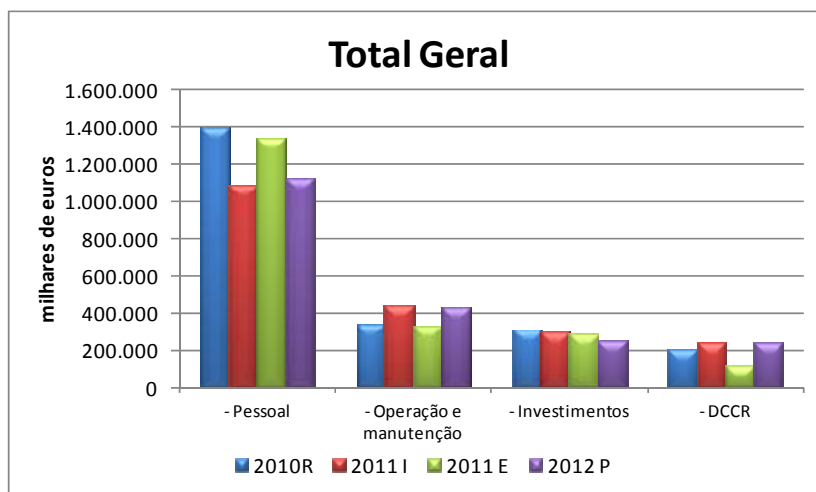
Distribuição do valor total por agrupamentos  
[Sem Serviços e Fundos Autónomos]



(\*) – Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;  
MF – Manutenção e Funcionamento;



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



Comparando a proposta de orçamento para 2012 (serviços integrados) com o orçamento inicial para 2011, constata-se, como já referido, uma diminuição de 0,80% e uma diminuição de 1,60%, se a comparação global for feita com a estimativa de execução para 2011, diminuições que se tornam mais expressivas se a comparação for apenas ao nível das despesas do Estado, 1,00% e 8,00%, respetivamente.

Deve, contudo, salientar-se a diminuição de 15,85% ao nível das despesas com pessoal, comparando a proposta de orçamento para 2012 com a estimativa de execução para 2011, contrariando a aparente subida que a comparação deste tipo de despesas evidencia se compararmos a mesma proposta com os valores iniciais de 2011 (+3,40%).

Quadro 11 – Distribuição por grandes grupos

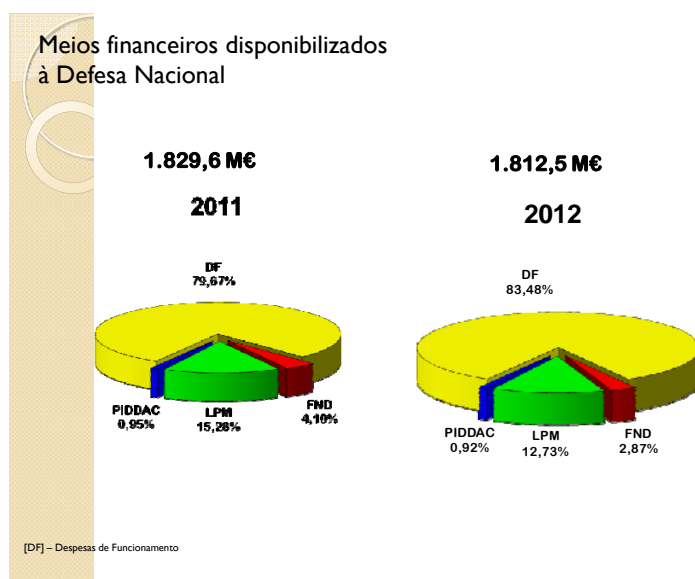
[Em Euros]

Capítulos	Anos			
	2011 (Inicial)	Peso (em %)	2012 (Proposta)	Peso (em %)
1. Despesas de funcionamento	1.457.647.427	79,67%	1.513.044.738	83,48%
1.1. Despesas com o pessoal	1.091.380.578	59,65%	1.128.540.001	62,26%
1.2. Operação e Manutenção	366.266.849	20,02%	384.504.737	21,21%
2. Inesvtimentos	296.963.972	16,23%	247.472.500	13,65%
2.1. LPM	279.563.972	15,28%	230.735.000	12,73%
2.2. PIDDAC	17.400.000	0,95%	16.737.500	0,92%
3. Forças Nacionais Destacadas	75.000.000	4,10%	52.000.000	2,87%
<b>TOTAL</b>	<b>1.829.611.399</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.812.517.238</b>	<b>100,00%</b>





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



Não considerando as verbas inscritas na LPM, a distribuição das dotações por departamentos é a que se apresenta de seguida.

Quadro 12 – Distribuição por Capítulos

[Em Euros]

Capítulos	Anos				Variação	
	2011 (Inicial)	Peso (em %)	2012 (Proposta)	Peso (em %)	Quant.	(%)
Despesas de Funcionamento						
Capítulo 01 - MDN/SCS	151.569.119	9,89%	228.083.709	14,57%	76.514.590	50,48%
Capítulo 02 - EMGFA	41.168.759	2,69%	33.648.929	2,15%	-7.519.830	-18,27%
Capítulo 03 - Marinha	394.087.194	25,71%	412.446.604	26,35%	18.359.410	4,66%
Capítulo 04 - Exército	576.815.666	37,64%	579.977.896	37,06%	3.162.230	0,55%
Capítulo 05 - Força Aérea	294.006.689	19,18%	258.887.600	16,54%	-35.119.089	-11,94%
Forças Nacionais Destacadas	75.000.000	4,89%	52.000.000	3,32%	-23.000.000	-30,67%
<b>TOTAL</b>	<b>1.532.647.427</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.565.044.738</b>	<b>100,00%</b>	<b>32.397.311</b>	<b>2,11%</b>

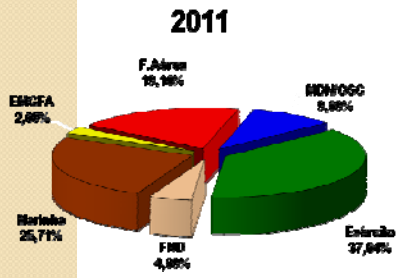
Nota: Inclui despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços correntes, transferências correntes, outras despesas correntes, aquisição de bens de capital e transferências de capital e exclui a Lei de Programação Militar e as Despesas Com Compensação em Receita e o PIDDAC.



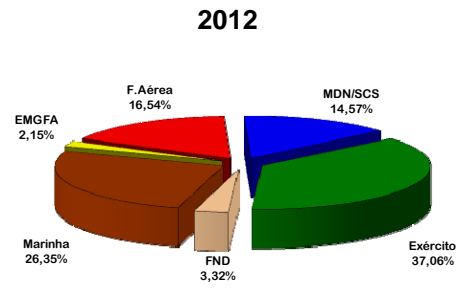
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Meios Financeiros disponibilizados à Defesa Nacional

1.532,6 M€



1.565 M€





MINISTÉRIO DA  
DEFESA NACIONAL

**GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO  
E SERVIÇOS CENTRAIS DE SUPORTE**



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

## 4.2. Despesas de Funcionamento - Análise Sectorial

### 4.2.1. Gabinetes dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte

A dotação global afeta a este Capítulo é de 477,2 M€, com a distribuição constante do mapa e gráfico seguintes.

Quadro 13 – Distribuição por grupos de despesa

Designação	2011		Proposta ODN 2012
	Inicial	Estimativa	
- Pessoal	85.538.092	83.890.603	62.886.671
* Remunerações Certas e Permanentes	19.410.306	17.139.203	15.061.887
* Abonos Variáveis ou Eventuais	5.018.129	5.115.842	4.724.540
* Segurança Social	61.109.657	61.635.558	43.100.244
- Material e equipamento	8.461.450	7.647.731	4.113.335
* Aquisição de bens de Capital	8.461.450	7.647.731	4.113.335
* Transferências de Capital	0	0	0
- Manutenção e funcionamento	34.025.415	33.536.091	145.423.365
* Aquisição de Bens	1.840.841	1.171.161	1.862.159
* Aquisição de serviços	14.856.773	9.015.397	11.664.123
* Outras despesas correntes	15.243.625	23.349.533	131.018.273
* Reserva orçamental	2.084.176	0	878.810
-Transferências	23.544.162	16.052.734	15.660.338
* Administração Central	10.622.500	8.435.358	6.624.438
* Administração Regional	0	0	0
* Administrações sem fins lucrativos	5.232.000	3.210.430	3.700.000
* Famílias	145.294	260.978	12.500
* Resto do mundo	7.544.368	4.145.968	5.323.400
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>151.569.119</b>	<b>141.127.159</b>	<b>228.083.709</b>
- Investimentos do Plano	11.332.000	0	12.237.500
* Financiamento Nacional	11.332.000	2.518.997	12.237.500
* Financiamento Comunitário	0	0	0
- Lei de Programação Militar	82.916.356	82.916.356	101.217.000
- Forças Nacionais Destacadas <sup>(a)</sup>	75.000.000	0	52.000.000
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>320.817.475</b>	<b>224.043.515</b>	<b>393.538.209</b>
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar	27.000.000	15.000.000	0
- LPIM	66.750.000	1.322.280	57.350.000
- Infra-Estruturas NATO	6.599.986	5.279.989	6.237.100
- NATO Manutenção	2.659.995	2.127.996	2.111.600
- NAEW Force	0	0	0
- FAC	2.500.000	0	2.500.000
- Outras	14.446.900	12.926.840	15.487.624
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>119.956.881</b>	<b>36.657.105</b>	<b>83.686.324</b>
<b>TOTAL</b>	<b>440.774.356</b>	<b>260.700.620</b>	<b>477.224.533</b>

(a) Não são apresentados valores para a coluna 1 e 3 em virtude dos mesmos se encontrarem diluídos pelos respectivos agrupamentos de despesa.

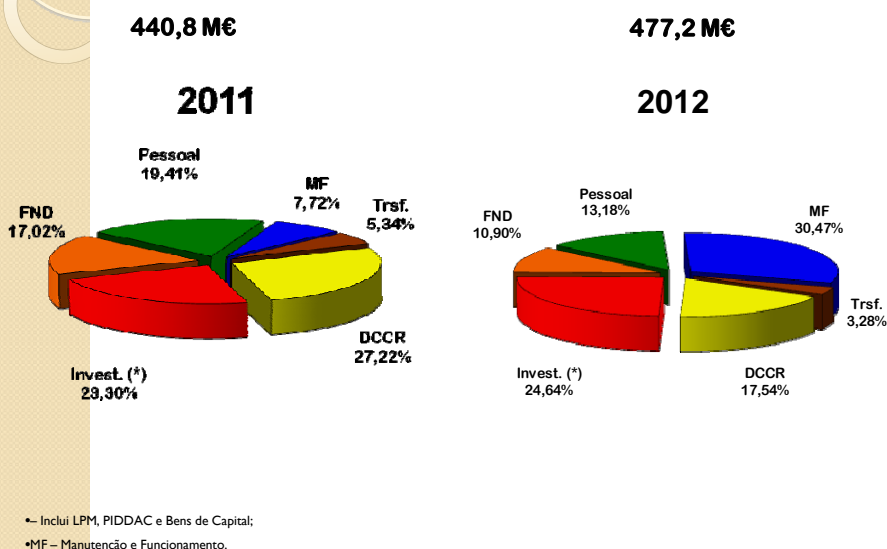


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Quadro 14 – Variações

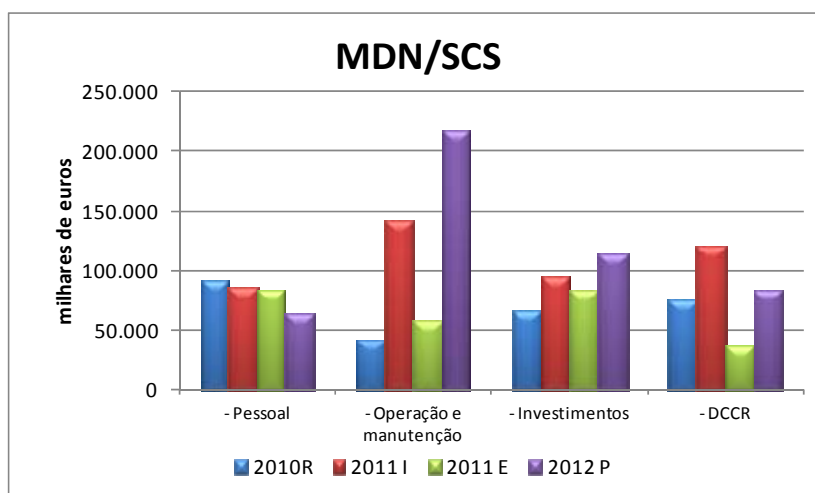
Designação	Comparação ODN 2012 com	
	Inicial de 2011	Estimativa para 2011
- Pessoal	-26,48%	-25,04%
- Material e equipamento	-51,39%	-46,21%
- Manutenção e funcionamento	327,40%	333,63%
-Transferências	-33,49%	-2,44%
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>50,48%</b>	<b>61,62%</b>
- Investimentos do Plano	7,99%	
- Lei de Programação Militar	22,07%	22,07%
- Forças Nacionais Destacadas	-30,67%	
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>22,67%</b>	<b>75,65%</b>
<b>Despesas com compensação em receita</b>		
- Lei de Programação Militar		4237,21%
- LPIM	-14,08%	
- Infra-Estruturas NATO	-5,50%	18,13%
- NATO Manutenção	-20,62%	-0,77%
- NAEW Force		
- FAC	0,00%	
- Outras	7,20%	19,81%
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>-30,24%</b>	<b>128,29%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8,27%</b>	<b>83,05%</b>

Gabinete dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte  
Distribuição do “plafond” por agrupamentos





## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



### 4.2.1.1. Gabinetes dos Membros do Governo

O orçamento dos Gabinetes totaliza 3,2 M€, dos quais 2,0 M€ estão destinados a suportar as despesas com o pessoal que lhe está afeto. Globalmente a dotação distribui-se da seguinte forma:

- Gabinete do Ministro 2.161.393
- Gabinete do Secretário de Estado 961.049
- Reserva Orçamental<sup>4</sup> 82.062

### 4.2.1.2. Serviços Centrais de Suporte

As dotações propostas para os SCS totalizam 474,2 M€, que se distribuem da seguinte forma:

- Funcionamento estrito 183.132.457
- Reserva Orçamental 796.748
- Forças Nacionais Destacadas (FND) 52.000.000
- Assistência na Doença aos Militares (ADM) 40.950.000
- Investimentos do Plano (PIDDAC) 12.237.500
- Lei de Programação Militar (LPM) 101.217.000
- Despesas com compensação em receita (DCCR) 83.686.324

Nos pontos seguintes apresenta-se o detalhe dos valores acima indicados.

<sup>4</sup> A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 82.062 €, decorre do ponto 19 da Circular, Série A, n.º 1367 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2012.



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### 4.2.1.2.1. Despesas com o Pessoal

Estas despesas num total de 62,9 M€ incluem os encargos com pessoal decorrentes da respetiva Lei Orgânica do Ministério (Gabinetes e SCS), bem como encargos correspondentes a:

- Assistência na Doença aos Militares (40,9 M€<sup>6</sup>);
- Pessoal que se encontra em situação de mobilidade especial (3,7 M€)
- Pessoal que se encontra em mobilidade especial (172 indivíduos)
- Pessoal do quadro de efetivos interdepartamentais da INDEP (9 assistentes operacionais: 73 mil euros)
- Pessoal do extinto quadro geral de adidos em serviço na Cruz Vermelha Portuguesa (2 assistentes técnicos: 29 mil euros).

### 4.2.1.2.2. Manutenção e Funcionamento

Com uma dotação global de 13,5 M€, este agrupamento inclui as dotações destinadas a suportar as despesas de funcionamento normal dos serviços, bem como as resultantes da aplicação do regime de incentivos ao recrutamento no âmbito da Lei do Serviço Militar, designadamente com o Dia da Defesa Nacional (4,5 M€), com o pagamento das despesas com o transporte de pessoas e bens em missão de cooperação nos PALOP (0,8 M€), ao pagamento de seguros, designadamente os que decorrem da presença dos militares em Missões Humanitárias e de Paz (0,37 M€).

---

<sup>6</sup> Este valor já reflete o corte de 30% relativamente a 2011, em resultado da aplicação do Programa de Apoio Económico-Financeiro.



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### 4.2.1.2.3. Transferências

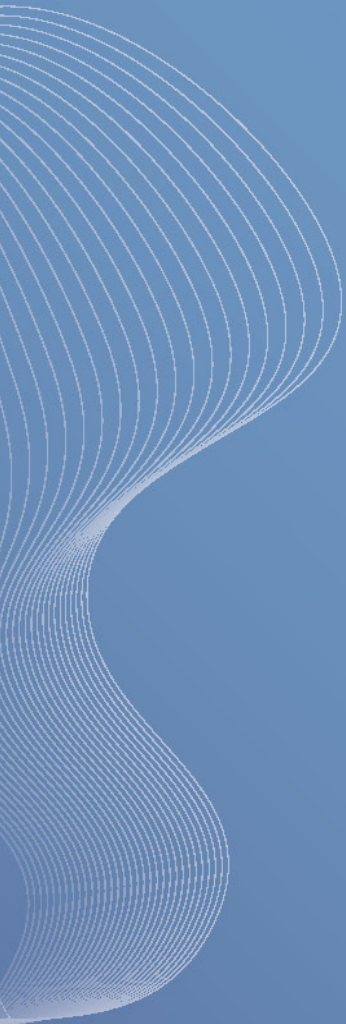
Neste grupo estão incluídas as dotações destinadas a Instituições tuteladas pelo MDN e a outras com interesse direto para a Defesa, nomeadamente:

- |  |           |
|--|-----------|
| • Instituto de Ação Social das Forças Armadas  | 6.574.438 |
| • Cruz Vermelha Portuguesa, Liga dos Combatentes e Associação dos Deficientes das Forças Armadas   | 2.556.000 |
| • Encargos com a participação portuguesa em diversos organismos internacionais na área da Defesa, incluindo a comparticipação nacional para infraestruturas NATO | 5.266.400 |
| • Montante destinado ao programa de apoio a ex-militares vítimas de stress de guerra e pós traumático  | 544.000   |





**ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**





## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### 4.2.2. Estado-Maior General das Forças Armadas

O orçamento do EMGFA proposto para 2012 totaliza 39,2 M€ distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

• Funcionamento estrito	32.805.375
• Reserva Orçamental <sup>7</sup>	843.554
• Lei de Programação Militar	4.890.000
• Despesas com compensação em receita	625.000

Relativamente ao orçamento inicial de 2011, verifica-se que as despesas de funcionamento sofreram uma redução de 7,5 M€ (18,27%). Não obstante, se compararmos a proposta de orçamento para 2012 com a estimativa de execução para 2011, verifica-se uma diminuição de 5,5 M€ (14,06%).

**Quadro 15 – Distribuição por grupos de despesa**

Designação	2011		Proposta ODN 2012
	Inicial	Estimativa	
- Pessoal	32.257.332	30.554.943	24.710.932
* Remunerações Certas e Permanentes	12.778.545	12.165.469	8.993.857
* Abonos Variáveis ou Eventuais	17.793.202	16.703.889	14.309.452
* Segurança Social	1.685.585	1.685.585	1.407.623
- Material e equipamento	719.336	1.408.596	587.594
* Aquisição de bens de Capital	719.336	1.408.596	587.594
* Transferências de Capital	0	0	0
- Manutenção e funcionamento	8.132.091	7.129.687	8.307.903
* Aquisição de Bens	1.491.795	1.523.382	1.506.133
* Aquisição de serviços	5.600.696	5.606.305	5.958.216
* Outras despesas correntes	0	0	0
* Reserva orçamental	1.039.600	0	843.554
- Transferências	60.000	60.000	42.500
* Administração Central	0	0	0
* Administração Regional	0	0	0
* Administrações sem fins lucrativos	0	0	0
* Famílias	0	0	0
* Resto do mundo	60.000	60.000	42.500
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>41.168.759</b>	<b>39.153.226</b>	<b>33.648.929</b>
- Investimentos do Plano	68.000	0	0
* Financiamento Nacional	68.000	0	0
* Financiamento Comunitário	0	0	0
- Lei de Programação Militar	2.998.994	2.998.994	4.890.000
- Forças Nacionais Destacadas	0	0	0
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>44.235.753</b>	<b>42.152.220</b>	<b>38.538.929</b>
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar			
- LPIM			
- Infra-Estruturas NATO			
- NATO Manutenção			
- NAEW Force			
- FAC			
- Outras	1.055.000	734.030	625.000
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>1.055.000</b>	<b>734.030</b>	<b>625.000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>45.290.753</b>	<b>42.886.250</b>	<b>39.163.929</b>

<sup>7</sup> A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 843.554 €, decorre do ponto 19 da Circular, Série A, n.º 1367 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2012.

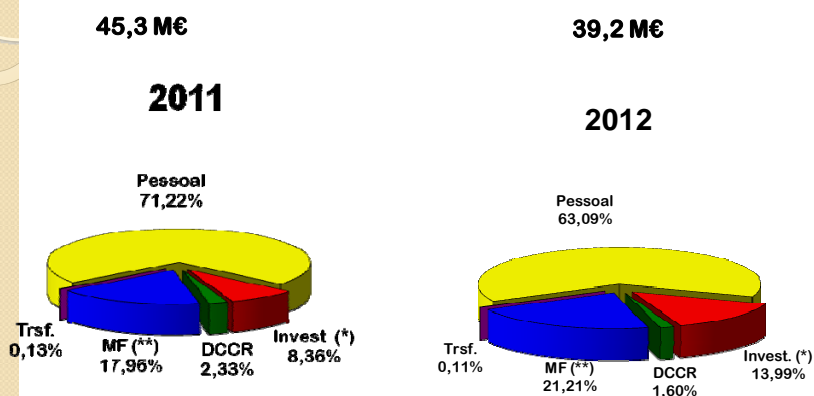


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Quadro 16 - Variações

Designação	Comparação ODN 2012 com	
	Inicial de 2011	Estimativa para 2011
- Pessoal	-23,39%	-19,13%
- Material e equipamento	-18,31%	-58,29%
- Manutenção e funcionamento	2,16%	16,53%
-Transferências	-29,17%	-29,17%
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>-18,27%</b>	<b>-14,06%</b>
- Investimentos do Plano		
- Lei de Programação Militar	63,05%	63,05%
- Forças Nacionais Destacadas		
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>-12,88%</b>	<b>-8,57%</b>
<b>Despesas com compensação em receita</b>		
- Lei de Programação Militar		
- LPIM		
- Infra-Estruturas NATO		
- NATO Manutenção		
- NAEW Force		
- FAC		
- Outras	-40,76%	-14,85%
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>-40,76%</b>	<b>-14,85%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-13,53%</b>	<b>-8,68%</b>

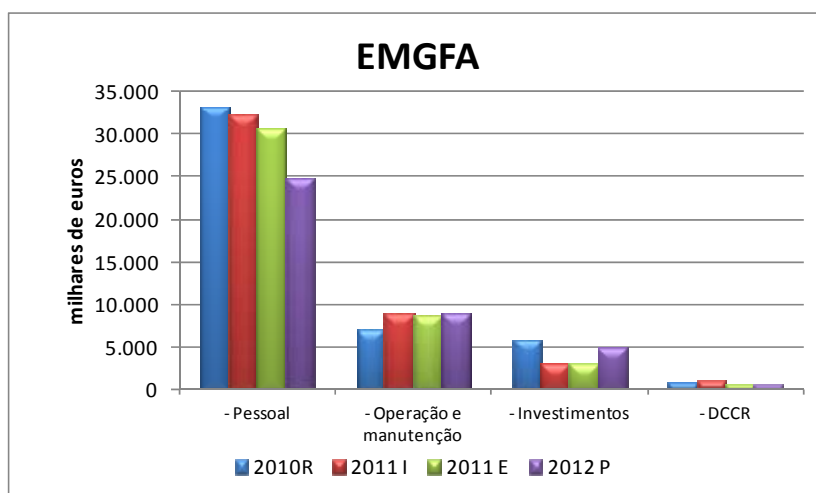
Estado-Maior-General das Forças Armadas  
Distribuição do “plafond” por agrupamentos



\* - Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;  
\*\* MF – Manutenção e Funcionamento.



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



Os valores indicados no mapa anterior têm a seguinte justificação:

### 4.2.2.1. Despesas com o Pessoal

Neste agrupamento, assumem maior expressão as dotações destinadas a Pessoal dos Quadros – regime da função pública, Gratificações, Suplementos e Prémios (9,0 M€), e a liquidação dos encargos com os vencimentos dos Adidos Militares no estrangeiro e de outros detentores de cargos internacionais (12.8 M€), incluídos em Abonos Variáveis ou Eventuais.

### 4.2.2.2. Material e Equipamento

No valor de 587.594 € estas dotações destinam-se, nomeadamente, à aquisição de equipamento e *software* informático bem como equipamento administrativo diverso.

### 4.2.2.3. Manutenção e Funcionamento

As dotações inscritas neste agrupamento de despesas, no total de 8.307.903 €, destinam-se fundamentalmente a;

- Combustíveis e lubrificantes para consumo no EMGFA, UNAP JHQ LISBON, Adidos, Missões, Comando Operacional dos Açores e Madeira
- Material de escritório e outros bens, incluindo missões militares no estrangeiro
- Serviços relativos à conservação de bens afectos ao EMGFA
- Serviços de locação de edifícios para os Adidos, Missões, COA e COM



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- Serviços de comunicações (via satélite, circuitos nacionais, telemóveis, telefones fixos), incluindo as comunicações efetuadas pelos Adidos, Missões, COA e COM
- Serviços de transportes de bens e pessoas no âmbito do desempenho de cargos internacionais
- Serviços relacionados com a representação oficial e deslocações em serviço
- Outros serviços necessários ao funcionamento do EMGFA





# MARINHA





## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### 4.2.3. Marinha

O orçamento da Marinha para 2012 totaliza 513,6 M€ distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

• Funcionamento estrito	401.113.465
• Reserva Orçamental <sup>8</sup>	11.333.139
• Investimentos do Plano	1.500.000
• Lei de Programação Militar	52.278.000
• Lei de Programação de Infraestruturas Militares	4.600.000
• Despesas com compensação em receita	42.805.698

Relativamente ao orçamento inicial de 2011, verifica-se que as despesas de funcionamento sofreram um acréscimo de 18,4 M€ (4,70%). Não obstante, se compararmos a proposta de orçamento para 2012 com a estimativa de execução para 2011, verifica-se uma diminuição de 66,4 M€ (13,87%).

A distribuição dos valores propostos por agrupamentos económicos é a constante dos quadros seguintes.

**Quadro 17 – Distribuição por grupos de despesa**

Designação	2011		Proposta ODN 2012
	Inicial	Estimativa	
- Pessoal	289.413.994	382.040.256	328.076.902
* Remunerações Certas e Permanentes	181.236.053	249.638.607	211.999.809
* Abonos Variáveis ou Eventuais	13.605.924	16.158.021	12.257.645
* Segurança Social	94.572.017	116.243.628	103.819.448
- Material e equipamento	4.154.121	3.715.328	82.000
* Aquisição de bens de Capital	4.154.121	3.715.328	82.000
* Transferências de Capital	0	0	0
- Manutenção e funcionamento	100.465.099	93.026.848	84.249.156
* Aquisição de Bens	31.266.421	38.231.539	32.258.712
* Aquisição de serviços	60.187.028	54.777.065	40.652.555
* Outras despesas correntes	7.100	18.244	4.750
* Reserva orçamental	9.004.550		11.333.139
- Transferências	53.980	86.388	38.546
* Administração Central	0	0	0
* Administração Regional	0	0	0
* Administrações sem fins lucrativos	37.500	69.908	27.650
* Famílias	16.480	16.480	10.896
* Resto do mundo	0	0	0
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>394.087.194</b>	<b>478.868.820</b>	<b>412.446.604</b>
- Investimentos do Plano	2.000.000		1.500.000
* Financiamento Nacional	2.000.000	1.500.000	1.500.000
* Financiamento Comunitário	0		
- Lei de Programação Militar	86.203.755	86.203.755	52.278.000
- Forças Nacionais Destacadas			
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>482.290.949</b>	<b>565.072.575</b>	<b>466.224.604</b>
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar			
- LPIM	4.100.000	909.812	4.600.000
- Infra-Estruturas NATO			
- NATO Manutenção			
- NAEW Force			
- FAC			
- Outras	29.568.592	24.091.555	42.805.698
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>33.668.592</b>	<b>25.001.367</b>	<b>47.405.698</b>
<b>TOTAL</b>	<b>515.959.541</b>	<b>590.073.942</b>	<b>513.630.302</b>

<sup>8</sup> A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 11.333.139 €, decorre do ponto 19 da Circular, Série A, n.º 1367 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2012.

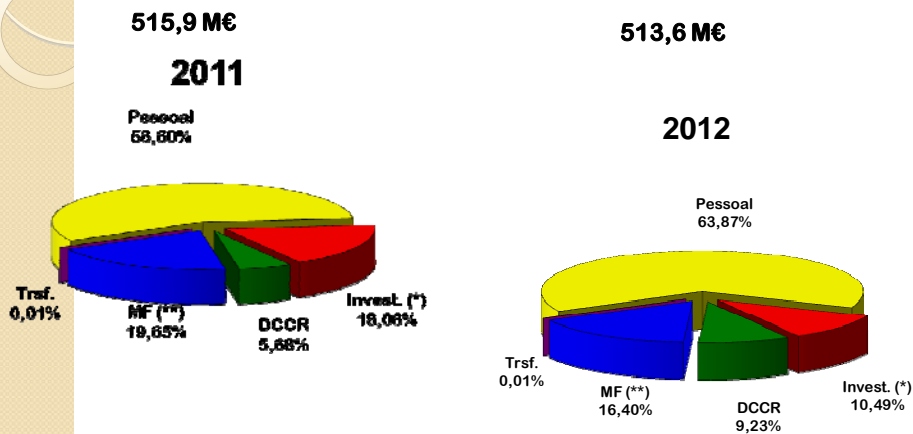


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Quadro 18 - Variações

Designação	Comparação ODN 2012 com	
	Inicial de 2011	Estimativa para 2011
- Pessoal	13,36%	-14,13%
- Material e equipamento	-98,03%	-97,79%
- Manutenção e funcionamento	-16,14%	-9,44%
-Transferências	-28,59%	-55,38%
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>4,66%</b>	<b>-13,87%</b>
- Investimentos do Plano	-25,00%	
- Lei de Programação Militar	-39,36%	-39,36%
- Forças Nacionais Destacadas		
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>-3,33%</b>	<b>-17,49%</b>
Despesas com compensação em receita		
- Lei de Programação Militar		
- LPIM	12,20%	405,60%
- Infra-Estruturas NATO		
- NATO Manutenção		
- NAEW Force		
- FAC		
- Outras	44,77%	77,68%
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>40,80%</b>	<b>89,61%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-0,45%</b>	<b>-12,95%</b>

Marinha  
Distribuição do “plafond” por agrupamentos

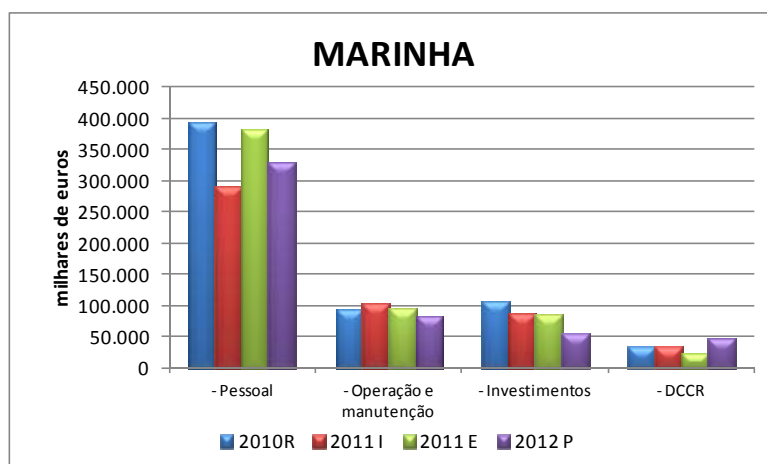


\*- Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital  
\*\*- MF – Manutenção e Funcionamento.





## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



Os valores indicados no mapa anterior têm a seguinte justificação:

### 4.2.3.1. Despesas com o Pessoal

As dotações inscritas neste agrupamento, totalizam 328,1 M€, e representam um aumento de 38,7 M€ (13,4%), se comparadas com o orçamento inicial para 2011. Não obstante, se comparadas com a estimativa de execução para 2011, verifica-se uma diminuição de 53,9 M€ (14,13%).

### 4.2.3.2. Material e Equipamento

As despesas consideradas neste grupo, no total de 82.000 €, destinam-se ao apetrechamento/substituição de equipamentos informáticos para os diversos Comandos, Unidades Substituição e à aquisição de equipamento administrativo diverso.

### 4.2.3.3. Manutenção e Funcionamento

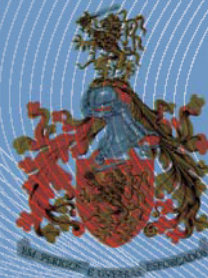
As despesas consideradas neste grupo, totalizando o valor de 84.249.156 €, dizem respeito a:

- Combustíveis e lubrificantes para as diversas atividades operacionais (fiscalização do mar territorial e da ZEE; busca e salvamento; exercícios; instrução e treino; hidrografia, oceanografia, balizagem e farolagem; operação e treino do Corpo de Fuzileiros; etc.)
- Alimentação e fardamento do pessoal
- Aquisição de sobressalentes mecânicos, elétricos e eletrónicos para o apoio logístico dos equipamentos existentes nas Unidades Navais



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- Material de consumo geral, destinado ao apoio logístico dos Comandos, Unidades e Serviços da Marinha
- Encargos com o fornecimento de água, luz e gás de uso doméstico
- Manutenção da esquadra (serviços a prestar pela Arsenal do Alfeite)
- Reparações a efetuar nos helicópteros LYNX MK95
- Reparações navais na Industria Privada
- Encargos com atividades no âmbito da formação do pessoal, incluindo a elevação dos níveis académicos, por força do EMFAR
- Pagamento de serviços a prestar pelo Instituto Hidrográfico no campo da hidrografia e oceanografia, de interesse vital para a Marinha
- Outros trabalhos especializados e aquisição de serviços especializados de apoio a Navios



# EXÉRCITO





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

**4.2.4. Exército**

O orçamento do Exército para 2012 totaliza 670,8 M€ distribuído pelos seguintes grupos de despesas:

- Funcionamento estrito 564.489.119
- Reserva orçamental<sup>9</sup> 15.488.777
- Investimentos do Plano 1.500.000
- Lei de Programação Militar 28.695.000
- Lei de Programação de Infraestruturas Militares 12.600.000
- Despesas com compensação em receitas 48.000.000

Relativamente ao orçamento inicial de 2011, verifica-se que as despesas de funcionamento sofreram um acréscimo de 3,2 M€ (0,6%). Não obstante, se comparado com a estimativa de execução para 2011, verifica-se uma diminuição de 102,5M€ (15,01%).

A distribuição dos valores propostos por agrupamentos económicos é a constante do mapa seguinte.

**Quadro 19 – Distribuição por grupos de despesa**

Designação	2011		Proposta ODN 2012
	Inicial	Estimativa	
- Pessoal	476.656.909	587.691.381	500.977.896
* Remunerações Certas e Permanentes	330.494.434	387.966.957	325.879.533
* Abonos Variáveis ou Eventuais	39.734.984	49.727.549	45.727.737
* Segurança Social	106.427.491	149.996.875	129.370.626
- Material e equipamento	6.442.424	8.259.057	5.422.720
* Aquisição de bens de Capital	6.442.424	8.259.057	5.422.720
* Transferências de Capital	0	0	0
- Manutenção e funcionamento	90.920.766	83.878.185	72.039.966
* Aquisição de Bens	44.798.536	56.689.928	35.739.478
* Aquisição de serviços	32.277.755	27.188.257	20.811.583
* Outras despesas correntes	0	0	128
* Reserva orçamental	13.844.475	0	15.488.777
-Transferências	2.795.567	2.607.493	1.537.314
* Administração Central	0	0	0
* Administração Regional	0	0	0
* Administrações sem fins lucrativos	0	0	33
* Famílias	2.795.567	2.607.493	1.537.281
* Resto do mundo	0	0	0
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>576.815.666</b>	<b>682.436.116</b>	<b>579.977.896</b>
- Investimentos do Plano	2.000.000	0	1.500.000
* Financiamento Nacional	2.000.000	1.500.000	1.500.000
* Financiamento Comunitário	0	0	0
- Lei de Programação Militar	45.122.000	47.998.434	28.695.000
- Forças Nacionais Destacadas	0	0	0
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>623.937.666</b>	<b>730.434.550</b>	<b>610.172.896</b>
Despesas com compensação em receita	0	0	0
- Lei de Programação Militar	0	0	7.000.000
- LPIM	4.300.000	2.459.054	12.600.000
- Infra-Estruturas NATO	0	0	0
- NATO Manutenção	0	0	0
- NAEW Force	0	0	0
- FAC	0	0	0
- Outras	39.007.001	28.899.285	41.000.000
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>43.307.001</b>	<b>31.358.339</b>	<b>60.600.000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>667.244.667</b>	<b>761.792.889</b>	<b>670.772.896</b>

<sup>9</sup>A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 15.488.777 €, decorre do ponto 19 da Circular, Série A, n.º 1367 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2012.

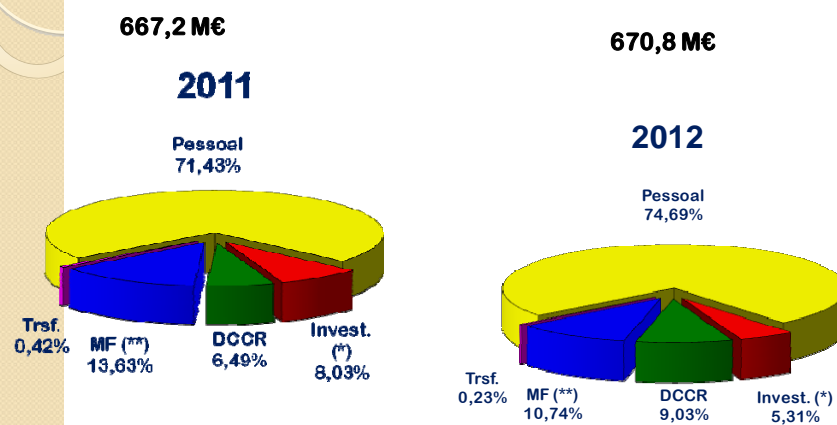


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Quadro 20 - Variações

Designação	Comparação ODN 2012 com	
	Inicial de 2011	Estimativa para 2011
- Pessoal	5,10%	-14,75%
- Material e equipamento	-15,83%	-34,34%
- Manutenção e funcionamento	-20,77%	-14,11%
-Transferências	-45,01%	-41,04%
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>0,55%</b>	<b>-15,01%</b>
- Investimentos do Plano	-25,00%	
- Lei de Programação Militar	-36,41%	-40,22%
- Forças Nacionais Destacadas		
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>-2,21%</b>	<b>-16,46%</b>
<b>Despesas com compensação em receita</b>		
- Lei de Programação Militar		
- LPIM	193,02%	412,39%
- Infra-Estruturas NATO		
- NATO Manutenção		
- NAEW Force		
- FAC		
- Outras	5,11%	41,87%
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>39,93%</b>	<b>93,25%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,53%</b>	<b>-11,95%</b>

Exército  
Distribuição do “plafond” por agrupamentos

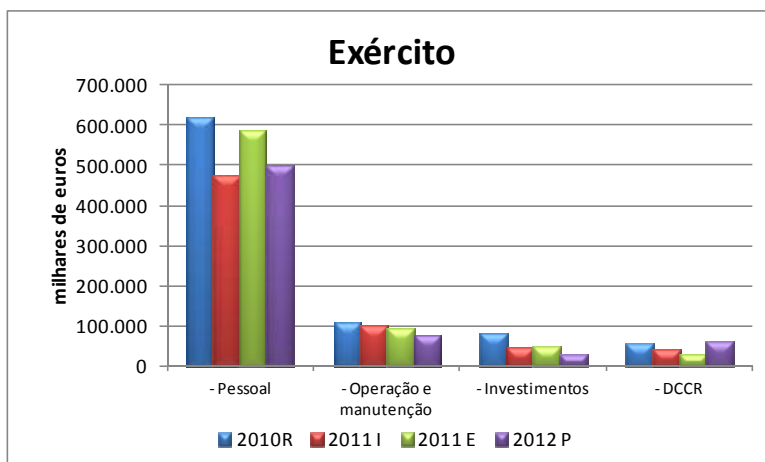


\* - Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;

\*\* MF - Manutenção e Funcionamento.



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



Os valores indicados no mapa anterior têm a seguinte justificação:

### 4.2.4.1. Despesas com o Pessoal

As dotações inscritas neste agrupamento, totalizam 501 M€, e representam um aumento de 24,3 M€ (5,1%), se comparadas com o orçamento inicial para 2011. Não obstante, se comparado com a estimativa de execução para 2011, verifica-se uma diminuição de 86,7 M€ (14,75%).

### 4.2.4.2. Material e Equipamento

As despesas consideradas neste grupo, no total de 5,423 M€, destinam-se à aquisição de equipamentos e software informático, bem como de material e mobiliário diverso, incluindo obras de engenharia.

### 4.2.4.3. Manutenção e Funcionamento

As despesas consideradas neste grupo, no total de 72,0 M€, destinam-se, essencialmente, a:

- Aquisição de combustíveis
- Aquisição de géneros para confecionar e alimentação confecionada
- Encargos com fardamento e equipamento individual
- Aquisição de materiais para beneficiação, conservação e manutenção de instalações militares e material de transporte
- Despesas com o fornecimento de água, luz e força motriz
- Despesas com a manutenção, conservação e reparação de equipamentos e instalações



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- Despesas com comunicações
- Despesas com formação
- Despesas com deslocamentos e estadas
- Despesas com aquisição de serviços diversos

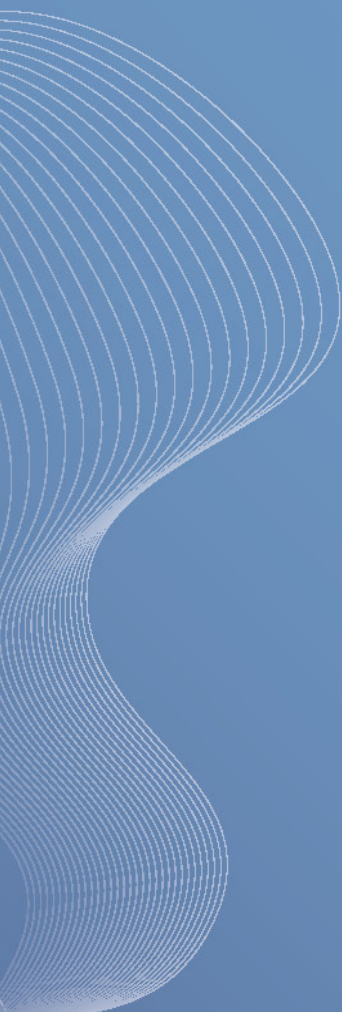
### **4.2.4.4. Transferências**

O valor inscrito neste agrupamento, 1,54 M€, destina-se, essencialmente ao pagamento de pensões às ex-costureiras das OGFE (atualmente 622), nos termos do Decreto-Lei n.º 218/76, de 27 de Março.





# FORÇA AÉREA







## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### 4.2.5. Força Aérea

O orçamento da Força Aérea para 2012 totaliza a importância de 351,7 M€, distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

• Funcionamento estrito	251.919.606
• Reserva Orçamental <sup>10</sup>	6.967.994
• Lei de Programação Militar	43.655.000
• Lei de Programação de Infraestruturas Militares	6.500.000
• Investimentos do Plano	1.500.000
• Despesas com contrapartida em receita	47.693.888

Relativamente ao orçamento inicial de 2011, verifica-se que as despesas de funcionamento sofreram uma redução de 35,1 M€ (11,94%). Não obstante, se comparado com a estimativa de execução para 2011, verifica-se uma diminuição de 75,1 M€ (22,5%).

A distribuição dos valores propostos por agrupamentos económicos é a constante dos quadros seguintes.

**Quadro 21 – Distribuição por grupos de despesa**

Designação	2011		Proposta ODN 2012
	Inicial	Estimativa	
- Pessoal	207.514.251	256.909.951	211.887.600
* Remunerações Certas e Permanentes	153.274.304	173.979.771	137.165.945
* Abonos Variáveis ou Eventuais	6.015.824	9.165.523	17.219.270
* Segurança Social	48.224.123	73.764.657	57.502.385
- Material e equipamento	3.777.556	3.772.619	170.698
* Aquisição de bens de Capital	3.777.556	3.772.619	170.698
* Transferências de Capital	0	0	0
- Manutenção e funcionamento	82.687.482	73.318.096	46.802.860
* Aquisição de Bens	32.638.408	32.667.268	18.590.784
* Aquisição de serviços	42.973.519	40.643.348	21.238.964
* Outras despesas correntes	7.480	7.480	5.118
* Reserva orçamental	7.068.075		6.967.994
- Transferências	27.400	27.289	26.442
* Administração Central	0	0	0
* Administração Regional	0	0	0
* Administrações sem fins lucrativos	0	0	0
* Famílias	27.400	27.289	26.442
* Resto do mundo	0	0	0
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>294.006.689</b>	<b>334.027.955</b>	<b>258.887.600</b>
- Investimentos do Plano	2.000.000		1.500.000
* Financiamento Nacional	2.000.000	1.500.000	1.500.000
* Financiamento Comunitário			
- Lei de Programação Militar	62.322.867	62.322.867	43.655.000
- Forças Nacionais Destacadas			
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>358.329.556</b>	<b>396.350.822</b>	<b>304.042.600</b>
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar			
- LPIM	2.240.000		6.500.000
- Infra-Estruturas NATO			
- NATO Manutenção			
- NAEW Force			
- FAC			
- Outras	38.242.000	26.207.272	41.193.888
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>40.482.000</b>	<b>26.207.272</b>	<b>47.693.888</b>
<b>TOTAL</b>	<b>398.811.556</b>	<b>422.558.094</b>	<b>351.736.488</b>

<sup>10</sup> A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 6.967.994 €, decorre do ponto 19 da Circular, Série A, n.º 1367 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2012.

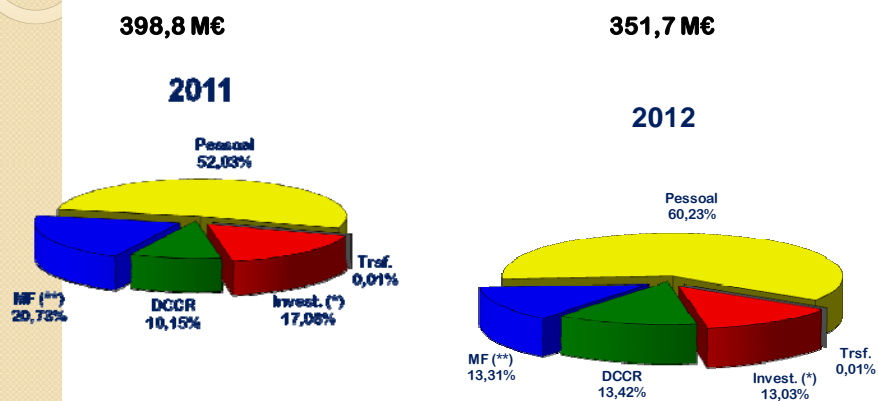


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Quadro 22 - Variações

Designação	Comparação ODN 2012 com	
	Inicial de 2011	Estimativa para 2011
- Pessoal	2,11%	-17,52%
- Material e equipamento	-95,48%	-95,48%
- Manutenção e funcionamento	-43,40%	-36,16%
-Transferências	-3,50%	-3,10%
<b>TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>-11,94%</b>	<b>-22,50%</b>
- Investimentos do Plano	-25,00%	
- Lei de Programação Militar	-29,95%	-29,95%
- Forças Nacionais Destacadas		
<b>ENCARGOS DO ESTADO</b>	<b>-15,15%</b>	<b>-23,29%</b>
Despesas com compensação em receita		
- Lei de Programação Militar		
- LPIM	190,18%	
- Infra-Estruturas NATO		
- NATO Manutenção		
- NAEW Force		
- FAC		
- Outras	7,72%	57,18%
<b>SOMA DE DCCR</b>	<b>17,82%</b>	<b>81,99%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-11,80%</b>	<b>-16,76%</b>

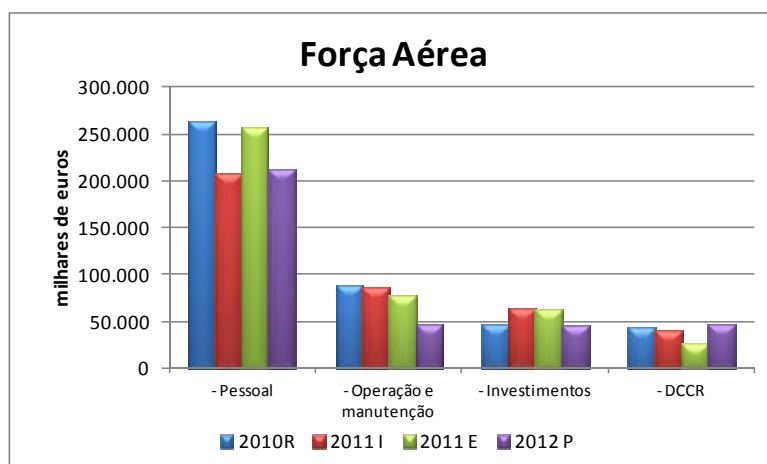
Força Aérea  
Distribuição do “plafond” por agrupamentos



\* - Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;  
\*\* MF - Manutenção e Funcionamento..



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



### 4.2.5.1. Despesas com o Pessoal

As dotações inscritas neste agrupamento, totalizam 211,9 M€, e representam um aumento de 4,4 M€ (2,1%), se comparadas com o orçamento inicial para 2011. Não obstante, se comparado com a estimativa de execução para 2011, verifica-se uma diminuição de 45,0 M€ (17,52%).

### 4.2.5.2. Operação e Manutenção

As despesas consideradas neste âmbito, no total de 46,9 M€, englobam despesas relativas à aquisição e manutenção dos diferentes equipamentos com vista à manutenção da capacidade de operação da Força Aérea, nomeadamente:

- A operação dos meios aéreos, com a finalidade da prossecução da missão primária da Força Aérea e de missões de interesse público e humanitárias e de paz;
- Aquisição de combustíveis e sobressalentes destinados à manutenção de 1º e 2º escalão das aeronaves, a efectuar nas Unidade Aéreas, bem como a reparação dos seus equipamentos;
- A manutenção da capacidade de regeneração de algumas frotas que se encontram particularmente afectadas;
- A reparação de infra-estruturas de maior porte, num grau mínimo indispensável;
- A formação de pilotos de F-16/MLU nos Estados Unidos da América;
- Fornecimento de alimentação e aquisição de fardamentos normais e especiais por forças das operações de paz;
- Aquisição de pequenos equipamentos.